



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 26/08/2024 10:48:51.640 - CLP

REQ n.151/2024

Comissão de Legislação Participativa (CLP)

REQUERIMENTO N.º ____, de 2024

(Sr. Glauber Braga)

Requer a realização de audiência pública para discussão urgente do abandono e degradação da Reserva Biológica do Tinguá RJ.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir acerca da Reserva biológica do Tinguá RJ, onde a área sofre com desmatamento, extração ilegal de palmito, caça e tráfico de animais silvestres, mineração, especulação imobiliária e construções irregulares, turismo predatório e descarte irregular de lixo.

Convidados:

1. Ministério Público Federal
2. INCRA
3. IBAMA
4. INEA
6. FORAS (Marlucia)
7. Secretaria do Meio Ambiente Duque de Caxias
8. Secretaria do Meio Ambiente Nova Iguaçu
9. Secretaria do Meio Ambiente Petrópolis
10. Secretaria do Meio Ambiente Miguel Pereira
11. ICMBIO
12. Glauber Braga, deputado federal
13. UFRJ –Campus Santa Cruz da Serra
14. ECOCIDADE
15. Movimento Pro-REBIO Tinguá



Palácio do Congresso Nacional
Câmara dos Deputados

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247265731000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 26/08/2024 10:48:51.640 - CLP

REQ n.151/2024

16. BAÍA VIVA

17. ASSOCIAÇÃO GUADA VIDA

18. PASTORAL DO MEIO AMBIENTE DE XERÉM

JUSTIFICAÇÃO

Exmo Sr presidente da CLP, deputado Federal Glauber Braga.

A Reserva Biológica do Tinguá é uma unidade de conservação (UC) federal, gerida pelo ICMBio, que protege 24 mil hectares de Mata Atlântica na porção oeste da Baía de Guanabara, fazendo limites com os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias (na Baixada Fluminense), além de Petrópolis e Miguel Pereira (na Região Serrana do estado). Em 2020, a área protegida foi incorporada ao Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Teresópolis, (80km da Reserva).

Com a falta de fiscalização e proteção aumentou largamente o desmatamento, extração ilegal de palmito, caça e tráfico de animais silvestres, mineração, especulação imobiliária e construções irregulares, turismo predatório e descarte irregular de lixo.

- Considerando que a Reserva Biológica do Tinguá vem cumprindo papel socioambiental fundamental ao longo de nossa história como importante bacia produtora de água potável, desde os tempos do Império e reguladora das condições climáticas locais.
- Considerando que foi em 1880 que o Imperador D. Pedro II inaugurou a rede de captação que levou, em poucas semanas, a água das nascentes de Rio D'Ouro, Xerém, Tinguá e São Pedro até a capital, o Rio de Janeiro, sede da Corte, que padecia de uma crônica seca provocada pelo desmatamento da Floresta da Tijuca.;
- Considerando que tais represas da Serra do Tinguá abastecem, até os dias atuais, parte da população do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Baixada Fluminense, beneficiando milhares de pessoas.;
- Considerando que, a Rebio-Tinguá foi classificada, em 1993, como Patrimônio Natural da Humanidade, na categoria de “Reserva da Biosfera” pela UNESCO (órgão das Nações Unidas).;
- Considerando que o governo Vargas decretou a Serra do Tinguá como “Floresta Protetora de Mananciais da União”, visando a proteção integral de seus recursos hídricos. Um total de 12



Palácio do Congresso Nacional
Câmara dos Deputados

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247265731000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga





CÂMARA DOS DEPUTADOS

aquedutos e represas dão a exata noção da grandeza e importância do Tinguá para o abastecimento atual, atendendo parte da Baixada Fluminense e aproximadamente 60% da população do Rio de Janeiro, como bacia hidrográfica contribuinte do sistema de abastecimento do Rio Guandu;

- Considerando o fenômeno do aquecimento global ocorrido devido a ação humana e a urgência de preservar o meio ambiente por causa da crise climática em que vivemos;

Vimos através deste requerer uma audiência pública em torno do assunto, a fim de debater o problema e possíveis soluções junto ao Poder Público e sociedade civil, além de reiterar o papel fundamental dos movimentos sociais juntos às instituições, na defesa intransigente dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Nesses termos, considerando a importância da temática que também tem relação com os ataques aos direitos das manifestações democráticas em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida para o conjunto da população, solicitamos o apoio dos (as) nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de de 2024.

Deputado **GLAUBER BRAGA**
PSOL/RJ



Palácio do Congresso Nacional
Câmara dos Deputados

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247265731000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga

Apresentação: 20/08/2024 10:48:51.640 - CLP

REQ n.151/2024



* C D 2 4 7 2 6 5 7 3 1 0 0 0 *